

A escala da luta e resistência camponesa

João Edmilson Fabrini*

Resumo

As lutas camponesas no Brasil são realizadas por meio de sindicatos, entidades, associações e principalmente, movimentos sociais. O exemplo mais significativo de luta no campo é aquela desenvolvida pelo MST. Entretanto, os camponeses também têm demonstrado capacidade de resistir a dominação e imposição das relações capitalistas por meio de outras manifestações e práticas sociais não necessariamente hegemônica pelos movimentos sociais. Neste sentido, o território e as forças locais se erguem como possibilidade de construção da autonomia camponesa.

Palavras-chave: Movimentos sociais, camponeses, território, resistência.

The scale of the struggle and peasant resistance

The struggle of peasants in Brazil is conducted through unions, entities, associations and principally social movements. The most significant example of the struggle in the field is that undertaken by the (Landless Peasants Movement) MST. Nevertheless, peasants have also demonstrated an ability to resist domination and imposition of capitalist relations by means of other social manifestations and practices that are not necessarily led by the social movements. In this sense, territory and local forces arise as a possibility for the construction of peasant autonomy.

Key words: Social movements, peasants, territory, resistance.

* Professor Adjunto do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (fabrini@unioeste.br).

Introdução

A existência camponesa não é recente e perpassa diferentes momentos históricos e modos de produção. Os camponeses estiveram presentes na sociedade organizada sob o modo de produção feudal, capitalista, em suas diferentes fases, e no socialismo real. Na sua trajetória histórica, os camponeses empreenderam variadas lutas para garantir sua existência e seu lugar social.

Aos camponeses foram feitas várias interpretações, sendo considerados desde um obstáculo para o desenvolvimento da sociedade, passando pela barbárie, atribuída à sua condição de classe social, até as profecias do desaparecimento com a intensificação das relações capitalistas. Outros ainda indicam a existência de uma importante produção familiar (agricultura familiar), mas não pode ser classificada de camponesa em vista dos diferentes vínculos e relações que estabelecem na sociedade moderna.

A compreensão da realidade no processo contraditório e desigual permite verificar que os camponeses, ao produzirem na terra, estabelecem um conjunto de relações sociais que apresentam características próprias. O seu universo de relações, mesmo que a produção camponesa seja destinada ao mercado nacional e internacional, apresenta características e especificidades que os distinguem das relações de produção típicas do capitalismo.

No sentido de interpretar a realidade, a geografia é chamada a dar sua parcela de contribuição numa leitura sobre a construção espacial. Assim, é possível indagar: qual a escala geográfica de ação e luta dos camponeses? Os movimentos populares têm garantido aos camponeses uma escala de ação globalizada? É possível haver resistência à dominação capitalista entre os camponeses somente quando estão organizados nos movimentos sociais?

Movimentos sociais e a escala de resistência nacional/ mundial dos camponeses

Os camponeses estão inseridos na dinâmica produtiva pela circulação de mercadorias, que transfere renda da terra para os setores capitalistas e não necessariamente mais-valia, como fazem os operários das fábricas. O produto do camponês é transformado em mercadoria nas relações de troca em escala mercadológica local, nacional, internacional.

Para compreender a escala da luta camponesa não basta apenas considerar o destino da produção agrícola. Pautando-se mais na dimensão política e relações de poder, os camponeses, por meio dos movimentos têm se organizado nacional e até internacionalmente. Isto é o que se verifica nas manifestações do Fórum Social Mundial nas suas várias versões e, sobretudo na ação dos camponeses organizados na Via Campesina (uma manifestação mundializada da luta camponesa). Pelos movimentos sociais, e não necessariamente, pela produção de mercadorias é que os camponeses se comunicam com o outro e mundializa as suas demandas, protestos, reivindicações, necessidades, etc.

A partir da visão de progresso das relações de produção é possível dizer que o capital, apresentando uma vocação internacional, cria contraditoriamente condições técnicas, científicas e de comunicação para estabelecer uma geografia mundial. Não se forma apenas uma rede global de mercadorias, mas também a formação de uma rede de movimentos sociais fortalecidos e de resistência. Cada movimento sai da sua escala local de ação e se integra a muitos outros fortalecendo as lutas. Nesta compreensão de que é possível uma globalização não perversa (uma outra globalização, conforme afirma Milton Santos) ocorreria a superação da geografia curta e local que o camponês está inserido, superação esta que se constitui numa necessidade para ampliar as conquistas.

Enquanto o capital procura se internacionalizar pela produção de mercadoria, estabelecendo um mercado globalizado (produção de commodities do agro-negócio, por exemplo), os

camponeses têm desenvolvido um conjunto de ações políticas nos movimentos sociais, meio pelo qual tem procurado se internacionalizar politicamente, inclusive sua concepção de produção. Portanto, estão implícitas na internacionalização dos camponeses pelos movimentos sociais as relações que visam solapar a ordem do mercado global capitalista, ou seja, estabelecimento de relações não pautadas no acúmulo de capital.

O fortalecimento de “entidades” mundializadas de camponeses é entendida por alguns autores como uma alternativa de organização e resposta ao processo de globalização do capital. Trata-se também de uma resposta em escala mundial pautada em amplas alianças entre os diferentes movimentos sociais populares.

“... temos de procurar uma articulação dos excluídos, desprezados, dominados e explorados em escala mundial, incluindo os que vivem nos países desenvolvidos; uma coordenação, cooperação e alianças entre os sujeitos políticos e sociais que participam nas lutas emancipadoras procurando a construção de entidades mundiais. É necessário elaborarmos uma estratégia que inclua a articulação com forças que operam nos três grandes blocos de poder mundiais, e estabelecer relações multilaterais com cada um deles como uma maneira de deslocar a partilha política das zonas de influência entre os mesmos” (HARNECKER, 2000, p. 393).

Embora apresente diferenças internas na coloração ideológica, foi criada uma identidade pela prática dos movimentos que diferem de outras organizações como os sindicatos, por exemplo. Neste sentido, os movimentos sociais populares se constituíram na forma mais eficiente de resistência dos camponeses e tornaram-se paradigmáticos na realização de lutas.

Muitos estudiosos e os próprios movimentos têm valorizado as ações camponesas em escala ampla e massiva como a realização de grandes encontros, marchas, eventos e manifestações variadas que criam fato político e garantem grande repercussão para caracterizar a eficiência e poder. As pequenas manifestações

acabam sendo depreciadas e as lutas são consideradas isoladas, não portadoras de potencial de transformação.

O exemplo típico de movimentos camponeses de escala nacional que oferece maior resistência à opressão engendrados na produção capitalista é o MST. O fato de o movimento ser espacializado nacionalmente e articulado a outros movimentos, inclusive de outros países, tem trazido importantes resultados para os camponeses.

Segundo Fernandes e Martin (2004), o fato de o MST possuir uma ação nacional, presente em 23 unidades da federação semelhante à construção de uma rede, fez dele não apenas um movimento social, mas um movimento *socioterritorial*. Portanto, o Movimento tornou-se socioterritorial no momento que as lutas isoladas foram articuladas nacionalmente. Isso teve início na fundação do MST em 1984 em Cascavel/PR, como será visto a seguir. Antes desta data o movimento era isolado, pontual e localizado, o que dificultava a ampliação das lutas e conquistas.

Fernandes e Martin (2004) ainda, embora reconhecendo as diversas escalas (local, regional, nacional e mundial) que se implicam e imbricam, analisam a resistência dos camponeses a partir do nexo da espacialização das lutas. Os movimentos espacializados e de lastro e abrangência nacional são considerados socioterritoriais e aqueles que esboçam resistência local são entendidos como movimentos isolados, indicando que estas seriam formas menos eficientes na conquista dos objetivos. Ao tratar das ocupações de terra realizadas pelo MST, Fernandes (2001) afirma:

“Com essas práticas, os sem-terra reúnem-se em movimento. Superam bases territoriais e fronteiras oficiais. Na organização da ocupação massiva, agrupam em famílias de vários municípios e de mais de um Estado, quando em áreas fronteiriças. Desse modo, *rompem com localismos e outras estratégias advindas de interesses que visam impedir e/ou dificultar o desenvolvimento da luta* pelos trabalhadores (grifo nosso)” (FERNANDES, 2001, p.72/3)

A origem da luta dos sem-terra teve início no final da década de 1970 por trabalhadores expulsos e expropriados no processo de “modernização” ocorrido no campo. Esses trabalhadores, através de ação de resistência, passaram a promover ocupações de grandes propriedades improdutivas, recusando a proletarização e o deslocamento para a Amazônia ou Paraguai (brasiguaios). Os primeiros movimentos surgem de forma isolada com as ocupações realizadas nos cinco Estados ao Sul do Brasil (RS, SC, PR, MS e SP). Embora isoladas, as lutas foram organizadas, principalmente, pela Comissão Pastoral da Terra-CPT, criada em 1975, para apoiar as lutas dos camponeses.

Em 1984, foi realizado, na cidade de Cascavel o I Encontro dos trabalhadores rurais sem terra, marcando o início das articulações nacional das lutas dos sem-terras. Os movimentos de lutas isoladas e localizadas se reuniram e passaram a atuar coordenadamente após a realização do I Encontro. Neste Encontro ainda foram definidos os princípios, formas de organização, reivindicação e luta do MST.

O Movimento dos Sem-Terra, com seu caráter popular, passou a representar uma nova fase na organização dos camponeses, fazendo com que a sociedade olhasse a sua condição de excluído do processo produtivo e da apropriação da terra por meio de ocupações de latifúndios e acampamentos. Passaram a criar situações para envolvimento do Estado na questão da terra através de ocupações de terra e órgãos públicos, marchas, caminhadas, atos públicos, etc. Assim, simultaneamente à expulsão e expropriação com a evolução do capitalismo, os camponeses constroem a possibilidade de retorno à terra, através de ocupações e lutas de resistência.

Caldart (2000) ao tratar da pedagogia do movimento (MST) refere-se ao camponês sem-terra que se educa no processo de luta, como um novo camponês, que ao se transformar no processo, supera a condição do antigo camponês.

“De novo é preciso dizer que a cabeça do antigo camponês ou bóia-fria, vira de ponta cabeça, e uma nova visão de

mundo aos poucos vai sendo construída, sempre na relação com tradições que continua carregando, seja como complemento, como contradição, ou já como síntese”.(CALDART, 2000, p. 118).

O momento vivido no acampamento e a ocupação são definidos por Caldart (2000) como “extraordinário” e que no assentamento os sem-terra são pressionados a voltar ao modo de vida de camponês do passado, antes da entrada no MST. A idéia de Caldart (2000) é de que o MST não é um movimento formado pelo camponês típico, pois a preocupação deste é voltada para obtenção de interesses econômicos imediatos. Diferentemente das lutas dos camponeses típicos que estão mais centralizadas na luta e conquista pela terra, os sem-terra do MST desenvolvem lutas mais amplas, pois não querem apenas terra, mas reforma agrária e um modelo de desenvolvimento de agricultura que possa atender seus interesses.

As relações sociais camponesas, entendidas pelo MST como atrasadas, passam por um processo de modernização das relações com o “novo camponês”, em vista do contexto de produção coletiva que deve existir no assentamento. Este é o caso da proposta das CPAs (cooperativas de produção agropecuária) que defende a necessidade de superação das características camponesas do assentado para alcançar novos patamares “superiores” de luta.

Por outro lado, não é preciso do desenvolvimento de forças produtivas e modernização das relações de produção para que os sem-terra tenham consciência política e coletiva e reivindiquem o direito de participação no processo social enquanto sujeitos políticos. O amadurecimento da consciência política não vem necessariamente pela modernização das relações de produção e inserção no mundo da mercadoria, mas do fortalecimento das forças sociais, organizadas nos movimentos. Caldart (2000) fala inclusive de uma pedagogia do movimento, no caso, MST.

Neste contexto, o rompimento dos localismos e a geografização de abrangência nacional do MST contribuíram para fazer dele um movimento de grande importância política e poder.

Outros movimentos também têm procurado o mesmo caminho de integração e organicidade nacionais das lutas como é o caso dos agricultores familiares, organizados nos sindicatos.

A fundação de vários sindicatos e federações (Fetrafs e Fafs) permitiu ações que viabilizassem o I Encontro Nacional da Agricultura Familiar em 2004 em Brasília, possibilitando o desencadeamento de um processo de “nacionalização” da organização dos agricultores familiares, que há mais de 30 anos já discutiam a possibilidade de uma nova organização sindical no campo. A construção daquilo que denominam de um *ator nacional* passou a ser o objetivo central dos agricultores familiares, pois “... não resta mais dúvida de que a agricultura familiar quer ter ‘cara’ nacional, quer ser protagonista nos rumos da conjuntura e na definição das estratégias de desenvolvimento, deixando de ser um mero coadjuvante secundário”. (DESER, julho/2004, 10).

No I Encontro, os agricultores familiares defenderam a realização de um Congresso para fundação da Fretraf (federação dos trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar do Brasil) a fim de se efetivar uma ação de abrangência nacional fundamentada em cinco grandes argumentos:

“a – construir uma organização que potencialize o embate em torno do modelo de desenvolvimento e a consolidação de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário; d- o avanço na construção histórica de um novo sindicalismo, por dentro da CUT; c – a necessidade de articulação nacional das experiências existentes na ação organizativa sindical e da produção; d – a ruptura definitiva com a estrutura sindical ultrapassada e obsoleto, hoje representada pela CONTAG; e- a necessidade de construção de um ator nacional de representação política da agricultura familiar” (DESER, julho/2004, 11).

Em novembro de 2005, agora no I Congresso Nacional da Agricultura Familiar, com delegados de 20 estados brasileiros e de participantes internacionais foi deliberado pela construção de uma nova organização sindical no campo brasileiro com a criação da

(Fetraf-Brasil/CUT). No Congresso foi eleita uma coordenação geral e dentre as resoluções foi aprovado um conjunto de princípios e objetivos gerais que vai embasar as ações da Federação.

Embora não seja objetivo discutir as diferentes concepções e princípios que caracterizam os agricultores familiares é importante apontar que sua articulação nacional surge como uma proposta de ação a partir de demandas específicas deste segmento social, que tem criado uma identidade própria. Eles não se vêem representado pelo MST, pela estrutura sindical institucionalizada no campo agregada na CONTAG ou no cooperativismo da OCB. Desta forma, buscam transformar a agricultura familiar em protagonista num processo de desenvolvimento da nação com capacidade de intervenção e decisão no cenário nacional.

Além dos movimentos sociais populares no campo articulados nacionalmente referidos anteriormente (MST e Fetraf-Brasil/CUT), muitos outros buscam construir uma geografia cada vez mais ampla nas suas ações. Este é o caso também do MAB (movimento dos atingidos por barragens), MPA (movimentos dos pequenos agricultores), Mulheres Camponesas, Via Campesina, etc.

Verifica-se assim, que os movimentos tornaram-se o paradigma para construir a luta de resistência e o lugar social dos camponeses. A sua articulação em escala nacional/internacional e eficiência política permitiu a hegemonia no processo de luta, apontando para a idéia de que a existência camponesa reside mais na sua organização política em torno dos movimentos sociais do que na sua capacidade de produção de mercadoria a baixo custo ou obtenção de vantagens no mundo da mercadoria.

Por outro lado, ao se construir como paradigma nas lutas camponesas, os movimentos não devem ser absolutizados ou considerados de forma exclusiva, como se tivessem o monopólio das lutas no campo. É importante considerar que os camponeses, e não os movimentos, são os sujeitos políticos no campo, ou seja, os camponeses que constroem os movimentos (e não o contrário), e que estes são um atributo de sua existência.

Neste sentido, é importante referir-se a idéia de território para reconhecer ações de resistência localmente construídas. Mas, enfim, o que significa dizer que os movimentos são locais? Como se manifesta esta resistência no local entre os camponeses? O que fazem os camponeses que permite apontar para uma resistência na esfera local? A esfera local sempre é sinônima de autonomia, independência, emancipação, resistência ou poderá ser base para a reprodução de relações de dominação, exploração e expansão do capitalismo?

Desenvolvimento local e a geografização pelo mundo da mercadoria

O conceito desenvolvimento local é utilizado por estudiosos do campo, organizações multilaterais (Banco Mundial, PNUD) e órgãos oficiais (Ministério do Desenvolvimento Agrário), para expressar a importância que o local assume no estabelecimento de relações sociais de produção. A utilização deste termo/conceito é verificada também entre as organizações camponesas como a Fetrat-Brasil-CUT, que tem investido esforços organizativos para o desenvolvimento local.

O local é entendido como comunidade, municípios pequenos ou conjunto deles em detrimento de lugares mais populosos e a ampliação da geografia do camponês ocorre pelas trocas, onde se encontra a idéia de desenvolvimento.

O desenvolvimento local está assentado no paradigma da agricultura familiar. Segundo Fernandes (2001) a agricultura familiar se constitui numa tese que defende a integração e não a luta contra o capital por parte dos camponeses.

“O que há de novo é que, desde o início da década de 90, surgiu outra leitura desse processo em que se defende a integração ao capital. Essa é a tese da agricultura familiar. Compreende a diferenciação e as desigualdades, mas – evidente – não discute a perspectiva de luta contra o capital, entendendo o desenvolvimento do agricultor familiar na lógica do capital (...) De fato, essas idéias representam uma

mudança, pois reconhecem a inerência do trabalho familiar no desenvolvimento do capitalismo. É um avanço em relação à visão de que somente as relações capitalistas predominariam na agricultura. Mas é um atraso, ao entender que esteja somente nas políticas formuladas pelo Estado a garantia de uma integrabilidade, entre trabalho familiar e relações capitalistas, desconsiderando a essencialidade da luta contra o capital". (FERNANDES, 2001, p. 32/6)

Os camponeses, denominados por grande parte de estudiosos, movimentos e órgãos oficiais de agricultores familiares, levariam vantagens econômicas ao produzirem e comercializarem com mais eficiência por causa de características locais. A inserção no mundo da mercadoria ampliaria o horizonte geográfico do camponês, ou seja, a geografização ocorreria pelas trocas, proporcionando sentido sociabilizador e aumento da capacidade de organização e reivindicação de benefícios, como políticas públicas, por exemplo.

O contexto local se ergue como esfera privilegiada no processo de desenvolvimento, colocado como elemento fundante nas relações. A partir de diferentes imbricações sintetizadas na idéia de *capital social* (produção agrícola assentada na ajuda mútua, reciprocidade e cooperação) é possível chegar ao DTR (desenvolvimento territorial rural). Por outro lado, é importante observar que a idéia de capital social não atenta para as contradições e conflitos existentes no processo de construção do espaço geográfico.

Na essência, esse desenvolvimento (DTR) expressa uma compreensão marcada pela criação de oportunidades de negócio (como se o mercado criasse oportunidades iguais a todos) por meio da potencialização de competitividades. O desenvolvimento nesta perspectiva está pautado na inserção no mundo da mercadoria, ou seja, o desenvolvimento existe quando se eleva a capacidade de produzir e consumir.

O local na perspectiva do desenvolvimento também favorece a intervenções do Estado na forma de políticas públicas para a

modernização da base técnica e o progresso econômico das famílias agricultoras, criando o bem estar geral da população. O desenvolvimento é visto como civilização, progresso e acesso à modernidade, tanto das tecnologias e instrumentos, como das idéias, para sair do atraso social.

Alargando sua compreensão, o local ainda apresenta-se como potencializador do desenvolvimento porque possui um conjunto de vantagens que permite formas descentralizadas e participativas de gestão (NUNES e OLIVEIRA, 2004, p. 3). A descentralização do poder de decisões é transferida para as regiões, municípios, conselhos e comunidades, o que confere poder ao povo.

“A descentralização, entendida como transferência de poder decisório aos estados, municípios e atores locais, expressa, por um lado, os processos de modernização gerencial da gestão pública. Os conselhos, enquanto instrumento da vida em sociedade, são defendidos pelos liberais e pela esquerda, em seus diferentes matizes” (NUNES e OLIVEIRA, 2004, p. 6).

O desenvolvimento é visualizado ainda como um meio para alcançar patamares de consumo das sociedades desenvolvidas e industrializadas. Mas, a industrialização orientada pela produção mercadológica é insustentável por essência, pois implica na transformação intensa da natureza.

Diegues (1992) chama a atenção para a necessidade de pensar a sociedade não sob as perspectivas do desenvolvimento, mas de “sociedade sustentáveis”, em que se valorizam as tradições de cada comunidade, composição étnica, etc. Defende o respeito aos valores de cada comunidade, possibilitando que cada sociedade possa definir os seus padrões de consumo e produção, cultura, história e ambiente (DIEGUES, 1992, p. 15).

Neste contexto, é necessário questionar se é possível alcançar este desenvolvimento com produção pautada na oportunidade de negócios como propõe aqueles que defendem o DTR/desenvolvimento local.

Embora diferentes na perspectiva, os que defendem o desenvolvimento local e territorial se aproximam daqueles que acreditam na possibilidade do movimento camponês nacional e mundialmente organizado, pois ambos visualizam as ações dos camponeses a partir do progresso civilizador e da modernidade. Quando os movimentos não têm um lastro geográfico amplo ou não abrangem grande espaço pela intervenção política ou quando os camponeses não possuem capacidade de competir a partir das vantagens do local, são entendidos como um movimento isolado, apontando limites para a conquista de benefícios.

Se de um lado, o desenvolvimento territorial rural indica a possibilidade de geografização camponesa pela eficiência na esfera da produção, de outro, há autores como Fernandes e Martin, (2004), que visualizam a ampliação da geografia camponesa também pela eficiência, mas política, ou seja, a geografização nacional e internacional pelos movimentos sociais. Por perspectivas diferentes, ambas as correntes reconhecem no campesinato capacidade de existência pela sua escala de ação nacionalmente espacializada.

Território camponês e o local como resistência

Tornou-se comum entre aqueles que estudam os camponeses atribuir capacidade de resistência entre eles a partir da suas mobilizações coletivas expressas por meio de sindicatos, entidades, associações e, principalmente, movimentos sociais. Mas, os movimentos, assumindo dimensão nacional e articulados internacionalmente desenvolvem uma ação menos assentada no território, ou seja, como se o camponês fosse territorializado, mas o movimento não o seria na mesma proporção. Se por um lado, verifica-se uma ação menos territorializada dos movimentos camponeses, de outro, ganha sentido a uma força local sustentada no território como o acampamento de sem-terra, assentamento, comunidades, bairros e mesmo propriedades/lotês de pequenos agricultores.

Os camponeses têm demonstrado também capacidade de resistir a imposição das relações mercadológicas capitalistas por meio de uma ação que não passa necessariamente pelos movimentos sociais, sendo possível referir-se a uma resistência não limitada aos movimentos. Neste sentido, emerge a necessidade de reconhecer nas forças locais possibilidades de resistência.

Mas, é importante dizer que os movimentos também defendem uma ação local como pode ser verificada em decisão do I Fórum Mundial da Reforma Agrária realizada em Valência na Espanha em dezembro 2004.

“Em oposição ao modelo agro-exportador, o FMRA – Fórum Mundial sobre a Reforma Agrária - defende o fortalecimento da agricultura camponesa e familiar voltada para os mercados locais como ferramenta para garantir a soberania alimentar das nações. Esse modelo de produção agrícola, segundo a declaração final do encontro é potencialmente mais produtivo por unidade e superfície, mais compatível com o meio ambiente e muito mais capaz de proporcionar uma vida digna às famílias rurais ao mesmo tempo em que proporciona aos consumidores rurais e urbanos alimentos são, baratos e produzidos localmente” (Brasil de Fato, 2004, 16/22 dez, p. 10).

A escala e conteúdo de ação dos camponeses se ampliam pelos movimentos, mas é preciso considerar que estes se alimentam de uma ação local, do território. O assentamento, o acampamento e os grupos de pequenos agricultores, por exemplo, se constituem como parte do território que alimentam e oxigenam ação de movimentos e organização/entidades nacionais. O território se constitui como base de ação das forças camponesas organizadas.

Veja-se o caso dos movimentos do passado como os messiânicos, por exemplo, que tinham uma geografia local, não espacializados nacionalmente, e muito menos permeados por relações internacionais. Construía o seu território e daí questionavam o poder central dos coronéis, como foi o caso de

Canudos e Contestado, por exemplo. Não estavam integrados aos grandes circuitos de relações orgânicas.

Se por um lado, Fernandes e Martin (2004) referem-se a movimentos socioterritoriais, como visto anteriormente, de outro, se reportam ao pensamento de Lefebvre para apontar a necessidade de reconhecimento das forças locais na compreensão da realidade.

”Pois, o intento do pensamento de Lefebvre não é somente um estudo linear do espaço social na sua história e na sua gênese, mas procura compreender melhor o presente para antever o possível futuro. Esta intenção abre-se para os estudos locais, em diversas escalas, inserindo-os na análise geral, na teoria global. Este propósito inclui os conflitos, as lutas, as contradições. Se o local, o regional, o nacional e o mundial implicam-se e imbricam-se. Assim o mundial não pode abolir o local” (FERNANDES e MARTIN, 2004, p. 5).

E mais adiante, Fernandes e Martin (2004) citam Foucault, enfatizando que a geografia das confrontações locais de poder foi em parte, problematizada por este estudioso na *Microfísica do Poder* (FERNANDES e MARIN, 2004, p. 6), possibilitando compreender que a produção camponesa faz surgir uma geografia característica e peculiar do campo.

A abordagem do território não é exclusivamente uma abordagem do local, mas esta esfera se ergue como elemento necessário na sua caracterização. Assim, serão apresentados dois entendimentos e abordagens do local ao se caracterizar o território camponês: uma, a partir do Desenvolvimento Local em que a geografização camponesa ocorre pela inserção no mundo da mercadoria, que na essência coloca limites a sua existência porque é uma relação. A outra, tratada na perspectiva do território e do local como resistência em que os camponeses procuram negar a mercadoria e mais-valia.

O local não é apenas uma especificidade e detalhe, mas uma dimensão portadora de conteúdo total e apresenta características que pode favorecer a realização das lutas camponesas. Souza

(1995), entende que o local se ergue como elemento importante na construção da resistência e luta.

“Assim, uma luta pontual, é em si, temática e socialmente limitada – o ativismo de bairro, o movimento regionalista que traz contradições de classe no seu interior ou a organização das prostitutas para defenderem o seu território ou se defenderem contra a truculência de uma polícia corrupta - *pode* polinizar outras lutas e ajudar a instaurar uma sinergia transformadora; ademais, ela pode permitir aos atores uma ampliação de sua margem de manobra contra os efeitos mais alienantes do processo de globalização hoje em curso – o que, dialeticamente, *pode* vir a ser um fator sustentador de um avanço da consciência crítica dos atores e de seu potencial de combate” (SOUZA, 1995, p. 109).

Destaca-se no processo de construção da resistência dos camponeses a partir de forças locais um conjunto de características e manifestações relacionadas à economia, cultura, costumes, política, relações de parentesco e vizinhança, compadrio, relações familiares e de gênero, socialização das crianças, etc. Serão destacados alguns aspectos da resistência à dominação e subordinação na base local/territorial camponesa como manifestações comunitárias e coletivas, autonomia e controle no processo produtivo, produção de resistência, relações hierarquizadas e de vizinhança.

As relações camponesas são marcadas por uma certa autonomia e *controle do processo produtivo*, diferentemente do que ocorre na produção em escala do agro-negócio, por exemplo. Embora subordinados, os camponeses não estão alienados como os operários assalariados no processo formal e real de subordinação. A alienação que atinge os trabalhadores expropriados não atinge o camponês da mesma forma, pois este é conhecedor do processo de produção.

O fato de possuir terra e instrumentos de trabalho faz da família camponesa, além de produtora de excedente (mercadoria), também produtora para autoconsumo, diferentemente da produção

coletiva calcada na divisão do trabalho, semelhante ao que ocorre na fábrica. O ideário da produção para autoconsumo ou mercantil simples implica numa autonomia porque são os camponeses os produtores diretos dos meios de vida. Por isso, uma grande parte de camponeses despossuídos da terra almejam alcançá-la porque vê aí uma possibilidade de independência e autonomia.

Embora a produção camponesa esteja integrada aos mercados capitalistas mundiais, a família se constitui numa unidade econômica de produção e apresenta uma lógica diferente da empresa, pois é regida pelas necessidades, consumo e sobrevivência do grupo. Neste caso, o estudo de Chayanov (1977) serve para sustentar a idéia de controle do processo produtivo no estabelecimento camponês da “porteira para dentro”, pois a produção é pautada e limitada pelas necessidades de sobrevivência e não de lucro e acúmulo infinito.

Zimmermann (1994) aponta para a busca do “ser colono” ao estudar assentamentos de sem-terras no Rio Grande do Sul.

“Os depoimentos das famílias entrevistadas levam a compreensão de que o móvel principal da luta pela terra que empreenderam foi a busca da efetivação do projeto de ‘ser colono’, ou seja, ver viabilizada uma forma de apropriação da terra e ter sob seu controle a organização e os resultados da produção” (ZIMMERMANN, 1994, p. 208)

No projeto de ser colono, os camponeses recusam até mesmo as cooperativas agrícolas, consideradas formas estranhas ao seu mundo comunitário e familiar, pois se pautam no mundo conhecido e não na estranheza do além local, representado pela agroindústria, cooperativa, coletivização e internacionalização da economia. Mas, por outro lado, eles se aglutinam contra a subordinação pelas variantes que lhe são mais conhecidas e que respeite a diversidade.

Paulino (2003), ao estudar os camponeses do norte do Paraná, procura apreender a diversidade e o grau de importância das estratégias de existência camponesa. Neste processo de construção da autonomia camponesa (não se trata de autonomia

absoluta) recusam ao externo, pois agregados em unidade familiares e comunitárias controlam seu tempo e seu espaço de forma contrastante à lógica dominante capitalista. A autora analisa ainda o caso de uma família que abandonou a produção leiteira que utilizava tecnologia avançada segundo recomendação de empresa capitalista, para investir na criação de gado mestiço, rompendo a lógica da agroindustrialização do leite. (PAULINO, 2003, p. 319).

Assim, a dependência externa é evitada entre os camponeses. Segundo Paulino (2003) ainda, embora existam vantagens aos camponeses integrados, pois eles não têm somente a perder com a integração, recusam-na porque ocorre o deslocamento das estruturas de decisão das unidades camponesas de produção.

“... é o deslocamento das estruturas decisórias para fora das unidades camponesa que acaba alimentando as relações de subordinação que certamente interfere na autonomia camponesa... Lembremos que, além desses, muitos outros almejam a integração, não o fazendo em virtude da necessidade de investimentos, em geral incompatíveis com os recursos disponíveis. É evidente que neste movimento há também os que já foram integrados e rechaçam a experiência, da mesma forma como há muitos que nem sequer cogitam tal possibilidade” (PAULINO, 2003, p. 119).

Verifica-se entre os camponeses uma *produção de resistência* que também indica uma manifestação de escala local. Os camponeses, a partir do contexto local têm procurado implementar uma agricultura defensiva ao padrão agrícola caracterizado pelo elevado consumo de agrotóxicos, insumos, máquinas, equipamentos, instrumentos, conhecimentos e tecnologias provenientes de empresas capitalistas nacionais e transnacionais. Tem procurado forjar ainda, uma agricultura camponesa em que parte dos instrumentos, ferramentas, conhecimentos e técnicas são elaborados pelos próprios camponeses, procurando depender cada vez menos daquelas

técnicas produzidas na esfera da produção de mercadorias e nos interstícios da produção capitalista.

A natureza dos vínculos que os camponeses mantêm com a terra também aparece como resistência. A terra e o espaço doméstico são uma extensão da natureza e não é vista como forma de acúmulo de capital. Neste sentido, o cultivo de uma determinada planta não é apenas um produto agrícola, mas também parte do seu mundo numa interação entre natureza e o homem.

A dependência da natureza é verificada na produção camponesa e na existência de conhecimentos sobre o clima e calendário agrícola para planejar a produção; manejos e sementeira feitos levando em consideração o calendário lunar, enfim os astros, indicam relações diferenciadas da produção agrícola empresarial em que a agricultura é praticamente dominada pela técnica. A organização da produção centrada na intensidade do trabalho familiar e não na utilização de máquinas exige do camponês um conjunto de conhecimentos das atividades no campo que possibilita um saber fazer. Este saber fazer, muitas vezes milenarmente acumulado, coloca a produção camponesa numa condição diferenciada e não devem ser desprezados em nome da modernidade, progresso e conhecimento científico.

São exemplares também os casos de experiências relacionadas à agricultura “orgânica”. Os pequenos agricultores têm investido meios para garantir acesso a mercados de produtos elaborados fora do padrão convencional de uso de agrotóxicos fornecido por empresas transnacionais. Este é o caso da adubação verde e o cultivo de espécies vegetais que repõe os nutrientes do solo retirado pelas plantas com o passar dos anos de cultivo. Também o uso de matéria orgânica produzida nos lotes como restos de cultivo e resíduos de beneficiamento da produção (palha) são largamente utilizados na produção agrícola nos lotes. Trata-se de uma forma de adubação que não passa pela esfera da produção de mercadorias.

Outro exemplo é o cultivo de sementes crioulas, como a de milho, denominado de “variedade”, resultante de experiências

feitas, geralmente, em grupos dos pequenos agricultores. Nesta técnica de produção de sementes faz-se o cruzamento das várias espécies de milho num campo experimental. As sementes produzidas poderão ser utilizadas de um ano para o outro, ao contrário do que ocorre com as sementes híbridas e mais recentemente os cultivos de plantas geneticamente modificadas, que se prestam a uma única safra.

Os métodos naturais de combate às pragas, a fabricação e produção de ferramentas de trabalho e instrumentos nos próprios lotes, cultivos de gêneros alimentícios, fabricação de roupas e calçados para o trabalho na roça, combate a pragas das lavouras sem uso de agrotóxico, dentre outras atividades desenvolvidas nos lotes, indicam uma organização de produção alternativa e defensiva entre os camponeses que procuram depender cada vez menos do mercado capitalista.

É importante observar que a agricultura de resistência não se trata de uma produção semelhante àquela defendida por algumas ONGs (organizações não-governamentais) baseadas na agroecologia que inclui acesso a um conjunto de técnicas altamente sofisticadas, produzidas e integradas a redes de entidades e movimentos. A agricultura orgânica camponesa é forjada a partir de experiências simples e repassadas pela tradição.

Outro elemento a ser destacado nas relações sociais entre os camponeses é a natureza essencialmente *hierarquizada* dos laços entre os membros da família. A visão de mundo dos camponeses baseada na hierarquia e nos diversos papéis, deveres e direitos é estabelecida a partir de princípios não necessariamente econômicos. No caso dos camponeses assentados, por exemplo, os associativismos coletivos, forjados a partir de ideais econômicos externos ao mundo familiar que se fundamentam no “igualitarismo”, defendidos pelo MST, surge como estranho às populações camponesas dos assentamentos.

Manifesta-se neste sentido, um choque entre os valores “igualitaristas” dos movimentos e os valores dos camponeses (hierarquia). Romano (1994) refere-se ao mundo hierarquizado do

camponês e o “igualitarismo” proposto pelos movimentos sociais para caracterizar as diferentes compreensões de organização do processo produtivo e relações sociais nos assentamentos.

“A organização através de formas associativas, e muito mais de formas coletivizadoras, proposta por mediadores com o Movimento Sem-Terra, fundamenta-se numa concepção e *igualitarismo*, estranha às populações camponesas dos assentamentos. A organização social, o mundo, a cosmovisão da maioria dos grupos camponeses estão baseados na *hierarquia*, no reconhecimento de papéis diversos dos atores e na sua valorização diferencial, com deveres, direitos e retribuições diferentes estabelecidos a partir de princípios não necessariamente econômicos” (ROMANO, 1994, p. 257).

Dessa forma, emerge um conjunto de conflitos construídos a partir do igualitarismo econômico centrados na esfera da produção e a hierarquização das populações camponesas. Esta concepção de igualitarismo forjada nos interstícios dos movimentos, sustentadas em princípios teóricos fundados no coletivismo dos meios de produção, em determinadas circunstâncias, reproduz um certo preconceito à produção camponesa denominada de individualista, oportunista, imediatista, etc.

Por outro lado, surge entre os camponeses um conjunto de atividades coletivas que não se realizam necessariamente na esfera da produção coletiva e divisão do trabalho inspiradas nos esquemas de uma fábrica. Trata-se de um coletivo diferente da visão “tradicional” assentada na produção *strictu sensu*.

O coletivo entre os camponeses não está pautado em grandes causas estruturais, mas numa prática e ação local, cotidiana e comunitária que possui amplos desdobramentos. Assim, predominam os costumes locais e não universais que são estranhos ao mundo do campesinato. Exemplares são as datas de comemorações e festas religiosas e não rememoração de revolucionários como Che Guevara, por exemplo, como ocorre entre os militantes dos movimentos.

A relação de *vizinhança* entre os camponeses é outra característica que evidencia a dimensão local das relações camponesas, pois permite uma sociabilidade forjada num pequeno círculo de famílias que vivem próximas umas as outras, pois as pessoas se identificam com um pequeno grupo. Esta relação entre vizinhos também aponta para uma sociabilização forjada na esfera local e que se desdobra em outras relações, inclusive na produção agrícola. Neste sentido, Martins (2002) afirma “a consciência do camponês expressa a consciência da pessoa, que é extensão da família e da comunidade e dos laços comunitários” (MARTINS, 2002, p.75).

A compreensão da relação entre vizinhos nos remete a idéia de *sitiante* e *bairro rural*. Os *sitiantes*, tratados por Nice Lecocq Muller podem ser caracterizados como o pequeno produtor rural responsável pela lavoura que trabalha direta e pessoalmente com a ajuda da família e ocasionalmente utiliza-se de empregados remunerados (FUKUI, 1979, p. 76). Já os bairros rurais são unidades de povoamento com um habitat disperso que dispõe de um núcleo que serve para fixação da população. O núcleo em geral é formado por uma igreja e uma praça e as famílias fixam residências em lotes e datas.

Fukui (1979), ao estudar o *sertão e bairros rurais* referindo-se a Antônio Cândido, caracteriza o bairro rural como uma unidade social mínima que se situa entre o grupo familiar e formas mais complexas de solidariedade social. Esta unidade ocorre em torno da vizinhança que se reúne para trabalhos mútuos, festejos religiosos locais. (FUKUI, 1979, p. 67).

A igreja assume grande importância porque em torno dela gira a vida da comunidade, indicando uma relação local porque é aí o lugar da sociabilização; é a célula da comunidade social e ponto de encontro. No passado, até o espaço da comunidade era estabelecido pelo som que alcançava do toque do sino da Igreja, ou seja, espaço delimitado pelos sacramentos oferecidos pela Igreja e as fronteiras da comunidade definidas pela religião.

As festas e a ajuda mútua também surgem como exemplos da territorialização camponesa. A ajuda mútua não consiste apenas na troca de dias de serviço, mas também na partilha de produtos da unidade de produção como sementes, alimentos, utilização de máquinas, prestação de serviço de transporte, enfim uma variedade de trocas realizadas no bairro rural não reguladas por relações mercadológicas.

“Ali se trocam experiências e conhecimentos com vistas a potencialização dos recursos disponíveis. Trocam-se mudas e sementes. Trocam-se ovos e emprestam-se galos para melhorar galinheiros que estão ‘refinando’. Empréstam-se os melhores cachacos para a fertilização das fêmeas. Empréstam-se e trocam-se touros para evitar problemas genéticos no rebanho” (PAULINO, 2003, p. 377).

É importante ressaltar que a comunidade não se forma apenas pelo negócio como aglutinador de pessoas, mas, em muitos casos, a comunidade se forma em torno da Igreja e o espaço estabelecido por uma vertente e divisor de águas de uma bacia hidrográfica. A integração ocorre com visitas e auxílio mútuo entre as famílias que vivem próximas, em esforços para cuidar da escola e da Igreja, reunião em torno de uma máquina/moinho e engenho para beneficiar a produção, uma venda (estabelecimento comercial) na estrada, etc. Assim, a comunidade surge como laços estabelecidos num determinado espaço e não se limitam à dimensão produtiva agropecuária e comercialização de produtos.

Outra característica do local forjado pelo camponês é sua capacidade de desenvolvimento e realização de *ações comunitárias e coletivas*. Durante muito tempo a ideologia dos sujeitos foi analisada quase que exclusivamente por princípios econômicos, o que levou a uma interpretação generalizada dos camponeses. Mas, se verifica que as práticas associativas dos camponeses estão norteadas por um conjunto diverso e complexo de elementos.

As relações étnicas, de compadrio, parentesco, vizinhança, religiosa e a origem são critérios importantes que orientam as práticas de aglutinação. É neste contexto que são forjadas a ação

coletiva e comunitária entre os camponeses e que muitas vezes não foram consideradas para explicar a agregação social entre eles.

As ações comunitárias entre os camponeses são caracterizadas mais por vínculos de solidariedade entre as pessoas do que por revelações políticas e ideológicas. O mutirão, por exemplo, é movido mais pela solidariedade e espírito comunitário do que por um projeto de transformação social estrutural.

As ações comunitárias se manifestam na solidariedade entre as famílias e vizinhos como na troca de dias de serviço, mutirões para plantação, cuidado com as lavouras, colheitas, etc. Outras atividades podem indicar o “espírito” comunitário, como o lazer e as festividades, visitas aos vizinhos em finais de semana, reuniões religiosas, seja na sede da comunidade onde está a capela, seja nas residências.

Os vínculos mediados por relações comunitárias permitem que se troquem informações e discussões dos mais variados assuntos, desde as relações familiares, passando pelo preço dos produtos e manejo de lavouras. Trata-se de discussões informativas e espontâneas caracterizadas mais pela diversão e prazer das conversas do que deliberação de ações sistematizadas de lutas, resistências e reivindicações. Mas, os laços e ações comunitárias podem ser potencializados e se desdobram em ações coletivas em torno de movimentos sociais.

As ações coletivas entre os camponeses são atividades realizadas a partir da descoberta e de revelações políticas. As revelações políticas construídas por meio das lutas, em muitos casos sem participação partidária, indicam uma nova compreensão do ordenamento da sociedade elaborada pelos sujeitos. Elas indicam o potencial e a capacidade de compreensão que motivam ações voltadas para o Estado porque será por meio dele que os camponeses visualizam o retorno de renda da terra transferida para o capital na circulação da produção.

As ações coletivas são aquelas marcadas por um conteúdo de classe social. São ações motivadas por uma identidade política/ideológica construída no processo de luta pela terra (ou na

terra) e possuem perspectivas de questionamento do poder e transformação da estrutura da sociedade.

É importante destacar que as relações comunitárias podem possibilitar a construção da consciência política. Mas, por si, as relações comunitárias não se convertem em manifestações coletivas. São necessárias revelações políticas de compreensão da desigualdade social e dos diferentes interesses que marcam a sociedade capitalista. A partir desta compreensão, as relações comunitárias podem contribuir para a construção da consciência política e desenvolvimento de ações coletivas.

Mas, não se trata de estágios em que camponês, para garantir a sua reprodução, deve romper os vínculos de lote individual, passar pelo comunitário e chegar na organização da produção coletiva. O que ocorre é que as ações comunitárias podem ser potencializadas e se transformarem em ações coletivas, garantindo a reprodução camponesa. A solidariedade que a proximidade espacial dos lotes de terra permite, por exemplo, pode ser potencializada politicamente, transformando-se em ações coletivas capazes de promover alterações na relação de poder.

Por outro lado, é necessário frisar que as ações comunitárias e coletivas, diferentemente do que o nome sugere, nem sempre são marcadas pela harmonia, solidariedade, ajuda entre as pessoas, tanto no trabalho nas lavouras como num momento de precisão (auxílio em caso de doenças, viagens, etc.). Aí também ocorrem conflitos/tensões e se reproduzem relações de dominação, usura, disputas políticas na tomada de decisões locais, inveja, violências e cruentas lutas intestinas.

Enfim, apresentamos um conjunto de características das relações entre os camponeses que evidenciam a importância do território e do local nas relações sociais e de produção. As características territoriais e locais se constituem assim, em formas de resistências camponesas aos esquemas de dominação ordenada pelas relações capitalistas de produção.

Considerações finais

Verifica-se entre os camponeses a capacidade de se erguerem contra esquemas de dominação e subordinação. Os movimentos sociais são reconhecidos como as principais formas dos camponeses se rebelarem contra a ordem desigual, reivindicar melhores condições de vida, enfim, transformações sociais. Pelos movimentos sociais os camponeses se fazem ouvir e garantem a sua existência.

A escala de ação dos camponeses é reconhecida importante quando realizada numa dimensão nacional e mundial, o que colocou os movimentos populares no centro do processo de luta camponesa. Isso possibilitou a construção dos movimentos sociais como paradigmas nas lutas, não só no campo, mas também nas cidades.

Por outro lado, é importante reconhecer capacidade de resistência camponesa não exclusivamente pelos movimentos. O modo de vida e a prática social camponesa apontam para uma resistência que não está circunscrita a enfrentamentos amplos e estruturais, mas também a ações localizadas espacialmente. Por isso, a dimensão territorial camponesa é importante para reconhecer tais formas de resistência.

Há que se pensar o local instrumentalizado por lógicas e dinâmicas não dicotômicas, ou seja, especificidades inseridas num contexto nacional e mundial que carece de valorização. Mas, não necessariamente valorização de um local que se constitui como palco e condição/possibilidade para inserção no mundo da mercadoria no processo de mundialização das relações sociais de produção.

O camponês, organizado nos movimentos de visibilidade nacional/mundial ou fora deles, numa prática de relações sociais “geografada” localmente, desenvolvem um conjunto de manifestações que garante sua existência e, conseqüentemente, incomoda a parcela dominante da sociedade que não lhe reconhece como sujeito e classe social.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. O Mundo Desencantado dos Assentamentos. In: Medeiros. L. et al. **Assentamentos Rurais - Uma Visão Multidisciplinar**. São Paulo: Unesp. 1994. 313-320.
- BOGO, A. **Lições da Luta Pela Terra**. Salvador: Memorial das Letras. 1999.
- BONATO, A. A. **Agricultura Familiar: Sinais de um Novo e Bom Tempo**. Curitiba: Deser, n. 138. p. 8-11. julho/2004.
- CALDART, R. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes. 2000.
- CHAYANOV, A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión.1974.
- CONCRAB **Evolução da Concepção de Cooperação Agrícola do MST (1989-1999)**. Caderno de Cooperação Agrícola. N. 08. São Paulo: Concrab: 1999.
- DESER. **Congreso da Agricultura Familiar Aprova a Criação da Fetraf-Brasil/CUT**. Curitiba: Deser. n. 148. p.4-8. dez/2005.
- DIEGUES, A.C.S. **Desenvolvimento Sustentável ou Sociedades Sustentáveis: da Crítica dos Modelos de Desenvolvimento à Elaboração de Novos Paradigmas**. Digitado: São Paulo. 1992.
- FERNANDES, B. M. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez. 2001.
- FERNANDES, B.M. MARTIN, J.Y. **Movimento Socioterrorial Globalização**. Digitado: Presidente Prudente. 2004.
- FUKUI, L.F. G. **Sertão e Bairro Rural**. São Paulo: Atica. 1979.
- HARNECKER, M. **Tornar Possível o Impossível**. Paz e Terra: São Paulo. 2000.

- MARTINS, J.S. **A sociedade Vista do Abismo.** Petrópolis: vozes, 2002.
- MARX, K. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte.** São Paulo: Moraes. 1987.
- MÉSZAROS, I. **Produção Destrutiva e Estado Capitalista** (Para além do Capital). Trad. Georg Toscheff e Marcelo Cipolla. São Paulo: Editora Ensaio. 1996.
- PAULINO, E.T. **Terra e vida: a Geografia dos Camponeses no Norte do Paraná.** Presidente Prudente. 2003. Tese de Doutorado em Geografia. Unesp.
- NUNES, S.P. OLIVEIRA, M.A. **Desenvolvimento Local: Possibilidades e Limites.** Boletim do Deser: Curitiba. N.139. p. 3-14, set/ 2004.
- ROMANO, O. Poder, valores e Conflitos nos Processos de Organização no Interior dos Assentamentos. Comentários a um Debate. In: Medeiros, L. et al. **Assentamentos Rurais - Uma Visão Multidisciplinar.** São Paulo, Unesp. 1994. 249-258.
- SÁ, L. M. Prática Missionária e Resistência Cultural. In: (Org). Neide Esterci. **Cooperativismo e Coletivização no Campo: Questões Sobre a Prática da Igreja Popular no Brasil.** Rio de Janeiro. Editora Marco Zero. 1984. p. 19-33.
- SANTOS, J. V. T. **Colonos do Vinho.** São Paulo: Hucitec. 1978.
- SANTOS, M. **Por uma Outra Globalização.** 2.ed. São Paulo: Record. 2000.
- _____. **Território e Sociedade.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2000b.
- SOUZA, M.L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro I.E. GOMES, P.C.C. CORREA, R.L. **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

FABRINI, J.E. *A escala da luta e resistência camponesa.*

THUSWOHL, M. Alimentação e agricultura fora da OMC. **Brasil de Fato:** São Paulo. n. 94. p. 10. 16/22 de dez. 2004.

ZIMMERMANN, N. de C. Os Desafios da Organização Interna de Um Assentamento Rural. In: Medeiros, L.S. et al. **Assentamentos Rurais - Uma Visão Multidisciplinar.** São Paulo, Unesp. 1994. p. 205-224.

Recebido em fevereiro de 2006
Aceito em maio de 2006